



PRIMEIRA LINHA PROPOSTAS PARA O ORÇAMENTO DE 2018

Há também quem reclame “apenas” estabilidade fiscal

CONSTRUÇÃO

Acordo PS/PSD para as grandes obras deve constar do Orçamento

A Confederação da Construção e do Imobiliário reclama que o Orçamento do Estado para o próximo ano relance o investimento público, reveja a fiscalidade e alargue a reabilitação urbana à generalidade das cidades.

A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) pretende que o Orçamento do Estado (OE) para 2018 determine uma calendarização dos projectos de investimento público, assim como a alocação dos meios para a sua concretização. Algo que, para Manuel Reis Campos, presidente da entidade, “só é possível com um entendimento dos dois principais partidos, PS e PSD”, os quais “já estão de acordo com um conjunto de obras que o país precisa”.

“Se têm ambos o mesmo objectivo e reconhecem que Portugal não pode ficar à margem da restante Europa, porque não se entendem nestas matérias estruturantes?”, questiona, defendendo que o acordo político para os projectos de investimento “é uma obrigação dos partidos que deve constar, expressamente, neste Orçamento”. Em entrevista ao Expresso, em Agosto, o primeiro-ministro considerou “fundamental” um acordo com o PSD para os investimentos em obras públicas. Um consenso que o líder do PSD classificou, no domingo passado, como “secundário” por entender que não são as grandes obras que farão o país crescer mais.

O relançamento do investimento público é um dos eixos estratégicos que a CPCI defende para o OE 2018. A confederação salienta, contudo, que a principal explicação para a falta de investimento público, não tem resultado do Orçamento, mas sim da sua execução. Como explica, “no OE 2017 ficou previsto um total de 4,177 mil milhões de euros, que se traduziriam num crescimento do investimento público de 21,8%. O que se verifica é uma grande discrepância en-



A reabilitação urbana é uma das reivindicações do sector da construção para 2018.

tre este valor e a execução efectiva. No primeiro semestre do ano, o investimento da administração central recuava 6,7% em termos homólogos.”

Relativamente ao investimento privado, Reis Campos defende que são vectores essenciais do próximo OE “assegurar a equidade e a estabilidade fiscal, garantir a eficácia dos programas de captação de investidores estrangeiros, como é o caso do programa dos vistos gold, e dinamizar a reabilitação urbana”.

A fiscalidade sobre o imobiliário – seja o novo AIMI (Adicional ao IMI) seja a tributação dos stocks de

imobiliário por parte das empresas do sector – é matéria “que não pode ser ignorada neste OE”, afirma o responsável, que reclama “um quadro de competitividade, segurança e de confiança para os investidores”.

Para a CPCI, é ainda necessário mais investimento em reabilitação urbana, “alargada à generalidade das cidades e não apenas nos centros históricos de Lisboa e Porto”, assim como a criação de “um verdadeiro mercado do arrendamento” e a melhoria do acesso à habitação, designadamente pela população mais jovem. ■

MARIA JOÃO BABO

Caderno de encargos da construção para OE de 2018

- Investimento público - Assumir compromisso que encaixe o investimento público como instrumento de confiança. Calendarização dos projectos;
- Investimento privado - Assegurar a equidade e a estabilidade fiscal. Garantir a eficácia dos programas de captação de investidores estrangeiros. Relativamente ao programa dos vistos gold, a normalidade deve ser reposta.
- Fiscalidade - Corrigir desequilíbrios em matéria fiscal, como acontece com o AIMI e a tributação dos stocks de imobiliário às empresas que se dedicam à construção de habitação.
- Reabilitação - Mais investimento em reabilitação urbana, e alargamento à generalidade das cidades.

Miguel Baltazar